D C J U R Í D I C O

Preparatório para a Magistratura e o Ministério Público

MATERIAL DE ESTUDO

D I R E I T O I N T E R N A C I O N A L

P R O P O S T A D E C U R S O

Direito Internacional Avançado

Você quer um curso ou você quer aprovação?

Instagram @juridico.dc
WhatsApp +55 37 8411-9236
dcpreparatorio@gmail.com

DIREITO INTERNACIONAL AVANÇADO

Proposta do Curso

1. O CURSO

Direito Internacional Avançado é o curso do DC Jurídico dedicado integralmente à disciplina, escrito do primeiro ao último tema para quem vai disputar a **Magistratura Federal** e a **Procuradoria da República**. São trinta e cinco apostilas que percorrem o programa completo da matéria, da teoria das fontes ao regime internacional do clima, em texto técnico corrido, com lei seca transcrita, quadros de síntese e alertas nos pontos em que a banca inverte o enunciado.

O curso não é um resumo nem uma seleção de temas prováveis. É a matéria inteira, na extensão que a segunda fase exige e com o recorte que a primeira cobra, de modo que o mesmo material sirva à objetiva, à dissertativa e à prova oral.

Ficha técnica	
Blocos	35 apostilas independentes
Extensão	630 páginas
Organização	8 partes, em sequência de estudo
Público-alvo	Magistratura Federal e Procuradoria da República
Investimento	R$ 109,00 na pré-venda e R$ 149,00 após o encerramento

2. PARA QUEM O CURSO FOI ESCRITO

2.1. Magistratura Federal

O curso trata com extensão máxima os pontos que o juiz federal efetivamente decide e que as provas dos Tribunais Regionais Federais cobram em todas as fases: a **imunidade de jurisdição e de execução** dos Estados estrangeiros e das organizações internacionais, com o recorte trabalhista e tributário; a **nacionalidade** e a **Lei de Migração**, inclusive as medidas de retirada compulsória e a cláusula de não devolução; a **extradição** e seu procedimento no sistema de contenciosidade limitada; a **homologação de decisão estrangeira** e a **carta rogatória**, com o procedimento perante o Superior Tribunal de Justiça; a **competência internacional** nos artigos 21 a 25 do Código de Processo Civil; e a **cooperação jurídica internacional** em matéria civil e penal.

2.2. Procuradoria da República

O curso trata com igual extensão o eixo que a prova do Ministério Público Federal explora: a **hierarquia dos tratados** no ordenamento e o controle de convencionalidade; as normas de *__jus cogens__ *e o* __soft law__*; a responsabilidade internacional do Estado, com a responsabilidade agravada e a proteção diplomática; o Tribunal Penal Internacional, a complementaridade e a tensão entre o Estatuto de Roma e a Constituição; o refúgio e o princípio da não devolução; e os regimes de direitos humanos e meio ambiente, de trabalho e de comércio internacional**.

INFORMAÇÃO — OUTROS CONCURSOS ATENDIDOS PELO MESMO MATERIAL

O programa de Direito Internacional é substancialmente o mesmo em outras carreiras federais, com extensão menor.

A **Advocacia-Geral da União** e a **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional** cobram tratados, imunidades, responsabilidade internacional, Mercosul e Direito Internacional Econômico.

A **Defensoria Pública da União** cobra migração, refúgio, asilo, direitos humanos e cooperação jurídica internacional.

A **carreira diplomática** cobra a matéria em extensão maior em teoria geral, organizações internacionais e domínio público internacional.

Quem presta essas carreiras aproveita integralmente o material, sem necessidade de complemento.

3. O QUE ESTÁ DENTRO DE CADA APOSTILA

Texto corrido, técnico e inteiro. Não há tópicos soltos para o aluno preencher, nem resumo que esconde a parte difícil. Seis características definem o padrão de cada bloco.

3.1. Conteúdo doutrinário relevante

A uniformidade permite ao aluno planejar o cronograma com precisão, porque sabe quanto tempo cada bloco consome.

3.2. Lei seca no ponto em que importa

Os dispositivos decisivos vêm transcritos no lugar exato em que a explicação precisa deles, e não em anexo ao fim. São transcritos, entre outros, os preceitos pertinentes da **Constituição**, da **Lei de Migração**, da **Lei de Refúgio**, da **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**, do **Código de Processo Civil**, da **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**, do **Estatuto de Roma** e da **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**.

3.3. Quadros de síntese e quadros comparativos

Cada bloco fecha com quadro que organiza o que foi exposto: as zonas marítimas e seus regimes, as causas de extinção dos tratados, o asilo contra o refúgio, as medidas de retirada compulsória, os meios de solução de controvérsias, os regimes ambientais setoriais. O quadro serve à revisão e à véspera da prova.

3.4. Alertas nos pontos de inversão

Onde a banca troca uma palavra e muda a resposta, há um box que mostra a troca: **precaução** contra **prevenção**, imunidade de **jurisdição** contra imunidade de **execução**, **extradição** contra **entrega**, prazo de quinze dias na homologação contra prazo de dez dias na rogatória, meta de redução de emissões **no mínimo** de cinco por cento contra a formulação incorreta de "até cinco por cento".

3.5. Súmulas e teses identificadas pelo número

Súmulas, súmulas vinculantes, temas repetitivos e temas de repercussão geral aparecem identificados pelo número, para que a citação na dissertativa e na prova oral seja possível sem consulta a outra fonte.

3.6. Atualizado onde os manuais pararam

A pesquisa de atualização foi feita bloco a bloco, e o material registra o que a maior parte dos manuais em circulação ainda não registra.

ATENÇÃO — ATUALIZAÇÕES QUE O CURSO TRAZ E OS MANUAIS EM CIRCULAÇÃO NÃO

Cada item abaixo já foi objeto de questão ou tem alta probabilidade de ser, e está ausente da maioria dos materiais disponíveis no mercado.

O **Acordo de Paris**, de 2015, com a arquitetura das Contribuições Nacionalmente Determinadas, que inverteu a lógica de metas impostas do Protocolo de Quioto, e o **Protocolo de Nagoia**, de 2010.

O **quinto pilar** dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, acrescentado em 2022, com a elevação das convenções sobre segurança e saúde no trabalho à condição de fundamentais.

A **paralisia do Órgão de Apelação** da Organização Mundial do Comércio desde dezembro de 2019 e o arranjo arbitral interino de 2020.

A exigência de **autorização parlamentar** para a denúncia de tratado aprovado pelo Congresso Nacional, firmada com efeitos prospectivos em 2023.

A **competência internacional** pelos artigos 21 a 25 do Código de Processo Civil de 2015, e não pela numeração do Código de 1973, ainda reproduzida por materiais em circulação.

A **apostila** da Convenção da Haia de 1961, vigente no Brasil desde 2016, e a inversão operada pelo artigo 25 do Código de Processo Civil quanto à eleição de foro estrangeiro.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A sequência é a de estudo, e não a do índice de um manual: a teoria das fontes sustenta o direito dos tratados, e o direito dos tratados sustenta tudo o que vem depois. Os trinta e cinco blocos distribuem-se em oito partes.

Parte I. Teoria geral e fontes

Bloco	Conteúdo	Pág.
1	**Aspectos Introdutórios do Direito Internacional.** Conceito, objeto e missões. Sociedade internacional e seus caracteres. A juridicidade do Direito Internacional, sanção e jurisdição. Princípios constitucionais das relações internacionais. *Pacta sunt servanda*.	22
2	**Direito Internacional e Direito Interno.** Dualismo e monismos. A posição brasileira. Hierarquia dos tratados no ordenamento. Controle de constitucionalidade dos tratados. Antinomias entre tratado e lei interna.	21
3	**Fontes do Direito Internacional e o Costume.** O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Elementos, prova e derrogação do costume. A teoria do objetor persistente. Princípios gerais, jurisprudência e doutrina.	22
4	**Atos Unilaterais, Jus Cogens e Soft Law.** Atos unilaterais do Estado e atos das organizações internacionais. As normas imperativas e seu regime. O *soft law* e sua força normativa.	22

Parte II. Direito dos tratados

Bloco	Conteúdo	Pág.
5	**Tratados: Conceito, Classificação e Validade.** Conceito e terminologia das espécies. Classificações. Capacidade das partes, habilitação dos agentes, objeto lícito e vícios do consentimento.	22
6	**Reservas aos Tratados.** Cabimento, momento e limites de formulação. Aceitação e objeção. Efeitos e retirada. As reservas brasileiras em matéria penal e de direitos humanos.	17

Bloco	Conteúdo	Pág.
7	**Processo de Elaboração dos Tratados.** Negociação, adoção, autenticação e assinatura. Aprovação congressual. Ratificação e adesão. Entrada em vigor e promulgação interna.	18
8	**Vigência, Aplicação e Interpretação dos Tratados.** Vigência e aplicação no tempo e no espaço. Efeitos em relação a terceiros Estados. As regras de interpretação da Convenção de Viena.	17
9	**Alteração e Extinção dos Tratados.** Emenda e modificação *inter se*. Correção de erros. Violação substancial, impossibilidade superveniente de cumprimento e norma imperativa posterior.	17
10	**Denúncia, Suspensão e Causas Supervenientes.** Admissibilidade da denúncia e o regime brasileiro. Suspensão. Mudança fundamental de circunstâncias. Guerra e desuso. Denúncia de tratados de direitos humanos.	17
11	**Conflitos entre Tratados.** Tratados sucessivos sobre a mesma matéria. A ressalva da Carta das Nações Unidas. Cláusulas de subordinação e de compatibilidade. A fragmentação do Direito Internacional.	16

Parte III. Estado, personalidade e imunidades

Bloco	Conteúdo	Pág.
12	**Personalidade Internacional e Elementos do Estado.** Concepções sobre a personalidade internacional. Classificação dos sujeitos. Elementos constitutivos. Povo, Estado e nação. Estados falidos e colapsados.	19
13	**Reconhecimento e Sucessão de Estados.** Nascimento do Estado. Reconhecimento de Estado e de governo, efeitos e classificação. Transformações, extinção e sucessão de Estados.	18
14	**Imunidade de Jurisdição e de Execução.** Evolução do regime. Imunidade em matéria trabalhista e tributária. Atos ilícitos violadores de direitos humanos. Renúncia. Imunidade das organizações internacionais.	17

Parte IV. Domínio público internacional

Bloco	Conteúdo	Pág.
15	**Domínio Terrestre, Fluvial e Marítimo.** Aquisição de território. Subsolo, águas interiores e domínio fluvial. As zonas marítimas e a delimitação entre Estados. O regime constitucional brasileiro.	17
16	**Domínio Aéreo, Espacial e Patrimônio Comum da Humanidade.** Zonas polares. Espaço aéreo e espaço extra-atmosférico. A Autoridade e o Tribunal do Mar. O patrimônio comum e a competência das autoridades brasileiras.	17

Parte V. Organizações internacionais e agentes

Bloco	Conteúdo	Pág.
17	**Teoria Geral das Organizações Internacionais.** Conceito, elementos e personalidade. Classificação. Instrumento constitutivo e membros. Estatuto jurídico. Estrutura orgânica e deliberações.	18
18	**A Organização das Nações Unidas.** Propósitos e princípios. Membros. Os órgãos principais. O Conselho de Segurança e sua atuação. A Corte Internacional de Justiça. O sistema das Nações Unidas.	17

Bloco	Conteúdo	Pág.
19	**Agentes Diplomáticos e Consulares.** Direito de legação e mútuo consentimento. Modalidades de missão. Imunidades reais e pessoais. Relações e imunidades consulares. A notificação consular.	17

Parte VI. Pessoa humana, responsabilidade e integração

Bloco	Conteúdo	Pág.
20	**Nacionalidade.** Critérios de atribuição. Nacionalidade originária e secundária no direito brasileiro. Naturalização e portugueses equiparados. Tratamento diferenciado entre nato e naturalizado. Perda e reaquisição.	17
21	**A Lei de Migração.** A mudança de paradigma e as definições legais. Direitos do migrante. Vistos e autorização de residência. Ingresso. Medidas de retirada compulsória e a cláusula geral de não devolução.	17
22	**Asilo e Refúgio.** As espécies de asilo e o asilo no direito brasileiro. O refúgio, suas hipóteses e seu procedimento. Quadro comparativo entre os dois institutos.	17
23	**Responsabilidade Internacional do Estado.** Conduta, imputabilidade e dano. Circunstâncias excludentes de ilicitude. Consequências do ilícito e formas de reparação. Responsabilidade agravada e proteção diplomática.	17
24	**Solução Pacífica de Controvérsias.** Meios diplomáticos e políticos. Inquérito. Arbitragem e solução judicial. A Corte Internacional de Justiça. Solução no âmbito das organizações. Meios coercitivos.	17
25	**Direito de Guerra e Neutralidade.** Guerra justa e limitação progressiva do uso da força. Legítima defesa e intervenção do Conselho de Segurança. O *jus in bello*. Início e fim da guerra. Neutralidade.	18
26	**Direito da Integração e o Mercosul.** Estágios de integração regional. O direito comunitário como paradigma. Fontes e estrutura institucional do Mercosul. Solução de controvérsias e principais instrumentos.	17

Parte VII. Direito Penal Internacional e Direito Internacional Privado

Bloco	Conteúdo	Pág.
27	**Direito Penal Internacional e o Tribunal Penal Internacional.** Os tribunais penais internacionais anteriores. Princípios do Direito Internacional Penal e do processo penal internacional. Complementaridade, admissibilidade e competência. O Estatuto de Roma e a Constituição.	18
28	**Extradição e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal.** Princípios regentes e contenciosidade limitada. Condições de concessão e vedações. Crimes políticos e de opinião. Pedidos simultâneos. Procedimento, transferências e entrega.	18
29	**Direito Internacional Privado: a LINDB e o Conflito de Leis.** Estrutura da norma de Direito Internacional Privado. Os elementos de conexão e sua classificação. Os preceitos básicos. A sucessão de bens de estrangeiros situados no país.	17
30	**Direito Processual Civil Internacional: Competência e Cooperação.** Aplicação e prova do direito estrangeiro. Competência internacional no Código de Processo Civil. Litispendência e eleição de foro. *Forum shopping* e cooperação jurídica.	17

Bloco	Conteúdo	Pág.
31	**Carta Rogatória e Homologação de Decisão Estrangeira.** A rogatória passiva e o *exequatur*. O procedimento de homologação e as hipóteses de dispensa. A sentença arbitral estrangeira. O Protocolo de Las Leñas.	18

Parte VIII. Regimes especiais

Bloco	Conteúdo	Pág.
32	**Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho.** Estrutura e sistema de controle da Organização. Convenções e recomendações. Princípios e direitos fundamentais no trabalho. A lei trabalhista no espaço. *Dumping* social.	18
33	**Estudo das Principais Convenções de Cooperação.** Las Leñas e medidas cautelares. Extradição no Mercosul. Prestação de alimentos no estrangeiro. Sequestro internacional de crianças e restituição internacional de menores.	17
34	**Direito Internacional Econômico e Comércio Internacional.** Bretton Woods e a ordem econômica internacional. As organizações econômicas. A Organização Mundial do Comércio, seus acordos e sua solução de controvérsias. Defesa comercial.	18
35	**Direito Internacional do Meio Ambiente.** Princípios e conferências, de Estocolmo ao Rio. Os regimes setoriais. Clima e camada de ozônio, de Quioto ao Acordo de Paris. Responsabilidade internacional por dano ambiental.	18

5. INVESTIMENTO

O curso completo, com as trinta e cinco apostilas e as 630 páginas, está em **pré-venda por R$ 109,00**. Encerrada a pré-venda, o valor passa a **R$ 149,00**, que é o preço de tabela já definido.

Condição	Valor	Observação
Pré-venda	R$ 109,00	Válido enquanto o lote de pré-venda estiver aberto.
Preço de tabela	R$ 149,00	Aplicado automaticamente após o encerramento da pré-venda.
Diferença	R$ 40,00	Vantagem de 26,8 por cento para quem adquire na pré-venda.

O VALOR POR UNIDADE DE CONTEÚDO

A comparação com o custo de um manual único de Direito Internacional torna a conta evidente.

Na pré-venda, o custo por bloco é de **R$ 3,11**, e o custo por página é de **R$ 0,17**.

No preço de tabela, o custo por bloco é de R$ 4,26, e o custo por página é de R$ 0,24.

Em ambos os casos, o valor corresponde a uma fração do preço de um manual de doutrina, com a vantagem de que o conteúdo já está recortado para o edital e atualizado.

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

Item	Descrição
Produto	Curso Direito Internacional Avançado, do DC Jurídico.
Conteúdo	35 apostilas, 630 páginas, 249.394 palavras, organizadas em 8 partes.

Item	Descrição
Público	Candidatos à Magistratura Federal e à Procuradoria da República.
Cobertura	Programa integral da disciplina, da teoria geral ao Direito Internacional do Meio Ambiente.
Diferencial	Densidade uniforme, lei seca transcrita, quadros de síntese, alertas nos pontos de inversão e atualização de temas ausentes dos manuais em circulação.
Pré-venda	R$ 109,00.
Após a pré-venda	R$ 149,00.

A pré-venda é o único momento em que o curso sai por R$ 109,00. O preço de tabela já está definido e será aplicado assim que o lote se encerrar.